



Legislações Aplicáveis

Novembro 2024

❖ **LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS DA SES/GO**

[Link do site da SES/GO](#)

❖ **CONSTITUIÇÕES**

[Constituição do Estado de Goiás de 1989, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º.](#)

[Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 5º, inciso XXXIII, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º.](#)

❖ **DECRETOS**

[Decreto Estadual nº 10.466, de 14/05/2024](#) - Dispõe sobre a atividade e a estrutura de ouvidoria no Poder Executivo do Estado de Goiás.

[Decreto Estadual nº 10.356, de 08/12/2023](#) – Dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil – OSCs, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

[Decreto Estadual nº 10.306, de 21/08/2023](#) – Regulamenta a Lei estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, e institui o serviço de informação ao cidadão, e revoga o Decreto nº 7.904, de 11 de junho de 2013.

[Decreto Federal nº 11.129, de 11/06/2022](#) - Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

[Decreto Estadual nº 9.837, de 23/03/2021](#) – Institui o Código de Ética e de Conduta Profissional do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

[Decreto Federal nº. 9.190 de 1º/11/2017](#) – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637.

[Decreto Estadual nº 9.063, de 04/10/2017](#) – Disciplina a realização de inventário dos bens tangíveis e intangíveis integrantes do patrimônio público e a respectiva avaliação, no âmbito da Administração direta, autárquica, fundacional e dos fundos especiais do Poder Executivo.

[Decreto Federal nº 8.241, de 21/05/2014](#) – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.

❖ **LEIS**

[Lei Federal nº 14.654 de 23/08/2023](#) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).

[Lei Estadual nº 21.427, de 30/05/2022](#) – Altera a Lei nº 20.795, de 10 de junho de 2020, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Estadual de Goiás a firmar termo de colaboração entre a Administração Pública e a FUNDAHHC – Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás para a operação, e/ou gestão de Hospitais de Campanha.

[Lei Estadual nº. 20.972 de 23/03/2021](#) – Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no âmbito do Estado de Goiás.

[Lei Estadual nº 20.795, de 10/06/2020](#) – Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar o termo de colaboração que especifica.

[Lei Estadual nº 20.489, de 10/06/2019](#) - Cria Programa de Integridade a ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás, e dá outras providências

[Lei Federal nº 13.709 de 14/08/2018](#) – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais.

[Lei Federal nº 13.460 de 26/06/2017](#) - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

[Lei Estadual nº 19.495 de 18/11/2016](#) - Modifica a Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

[Lei Federal nº 13.204, de 14/12/2015](#) - Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

[Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015](#) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

[Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014](#) – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#).

[Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

[Lei Estadual nº. 18.025 de 22/05/2013](#) – Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.

[Lei Federal nº. 12.527 de 18/11/2011](#) – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

[Lei Estadual nº. 13.569 de 27/12/1999](#) – Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e dá outras providências.

[Lei Federal nº. 9.637 de 15/05/1998](#) – Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

[Lei nº 8.958, de 20/12/1994](#) – Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

[Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990](#) – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

❖ **PORTARIAS**

[Portaria Nº 2860, de 18/09/2024](#) – Institui o Prêmio Anual TOP 10 - Transparência em Saúde das unidades estaduais de saúde geridas por entidades de direito privado sem fins lucrativos da SES-GO.

[Portaria Conjunta nº 018/2022-SEC-CEXTERNO/TCE-CGE](#) - Resolvem: alterar a redação do Art. 2º, § 2º, da [Portaria Conjunta nº 001/2021, DA SEC-CEXTERNO/TCE e CGE](#).

[Portaria nº. 426/2021 SES/GO](#) – Repasse de recursos financeiros às OSs a título de investimento.

[Portaria nº. 518/2018 SES/GO](#) – Composição e competências da COMACG.

[Portaria nº. 1038/2017 SES/GO](#) – SIPEF.

[Portaria nº. 894/2016 SES/GO](#) – Conta bancária específica.

[Portaria nº. 292/2016 SES/GO](#) – Padronização de informações de custos e alteração nos prazos.

❖ **RESOLUÇÕES**

[Resolução Normativa nº. 009/2024 TCE/GO](#) – Dispõe sobre a atuação do controle externo nas parcerias entre a administração pública e entidades de direito privado sem fins lucrativos.

[Resolução Normativa nº. 004/2018 TCE/GO](#) – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material.

[Resolução Normativa nº. 013/2017 TCE/GO](#) – Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e da execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado

de Goiás, e regulamenta as Prestações de Contas Anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras.

[Resolução Fundahc nº 002/2022](#) - Diretrizes para a contratação de pessoal pela Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG.

[Resolução Fundahc nº 003/2022](#) - Dispõe sobre as diretrizes para a contratação de estagiários (as) pela Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG, revogando-se a Resolução nº 002/2012.

❖ ATAS DE REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAHC

[Atas de reuniões](#)

❖ ESTATUTO

[Estatuto da Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG](#) (vigente desde 2018)

❖ MANUAIS E REGULAMENTOS

[Manual de Marca Impresso do Governo de Goiás.](#)

[Manual de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão – SES/GO.](#)

[Manual nº 03/2020 – GAUP-18349: de Prestação de Contas SES/GO](#)

[Procedimento Operacional Padrão da COMFIC – SES/GO.](#)

[Regulamento da Avaliação das Páginas de Acesso à Informação das Organizações sem fins lucrativos.](#) A avaliação das páginas de Acesso à Informação das organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seu respectivo órgão supervisor é uma iniciativa da Subsecretaria de Controle Interno e Compliance, por meio da Superintendência de Governo Aberto e Participação/Gerência de Governo Aberto/SES-GO.

[Regulamento de Compras e Contratação da FUNDAHC/UFG para atender o Termo de Colaboração nº 01/2020-SES/GO.](#)

❖ METODOLOGIA

[1ª Edição da metodologia de Avaliação da Transparência dos Termos de Colaboração e/ou Fomento da Secretaria de Estado da Saúde \(SES\).](#)

A metodologia tem finalidade de transmitir de forma prática e objetiva os itens que devem compor a página de transparência de cada Organização da Sociedade Civil (OSC) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para que as informações ali prestadas tenham coerência, clareza e procedência, viabilizando a contribuição em tempo oportuno da sociedade e dos órgãos de controle, no fornecimento de elementos para que o Estado se torne cada vez mais eficiente, efetivo e transparente.

